



ACÓRDÃO Nº580/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11739/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB
- 4- **Exercício:** 2018
- 5- **Responsável:** Fabiano Jose Affonso (Ordenador de Despesa), Diego Roberto Afonso (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Nyton Paes de Oliveira - OAB/AM 8448
- 7- **Unidade Técnica:** DICA e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2135/2020-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Convocado Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual.
Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB.
Exercício de 2018.

*Regularidade com ressalvas. Multa.
Recomendação. Ofício. Ciência.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **por maioria, com desempate da presidência**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** as Contas do **Sr. Diego Roberto Afonso**, Gestor da Superintendência Estadual de Habitação – SUHAB, referente ao período de 01/01/2018 a 28/11/2018, e do **Sr. Fabiano José Affonso**, Gestor da Superintendência Estadual de Habitação – SUHAB, período de 01/12/2018 a 31/12/2018, nos termos do artigo 22, II, da Lei nº 2.423/1996-LO-TCE/AM;
- 10.2. **Aplicar Multa** com fundamento no art. 308, VII, do RI-TCE/AM c/c art. 54, VII, da Lei n. 2.423/96, ao **Sr. Diego Roberto Afonso** no valor de **R\$ 2.500,00** em virtude das restrições não sanadas conforme fundamentação do Voto-Vista e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo



ACÓRDÃO Nº580/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Aplicar Multa** com fundamento no art. 308, VII, do RI-TCE/AM c/c art. 54, VII, da Lei n. 2.423/96, ao **Sr. Fabiano Jose Affonso** no valor de **R\$ 1.800,00** conforme fundamentação exposta na proposta de voto do eminente Relator e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.4. Recomendar** à atual gestão da Superintendência Estadual de Habitação - Suhab que evite a ocorrência das falhas identificadas e não sanadas ao longo do Voto-Vista;

- 10.5. Oficiar** a Secretaria Municipal de Economia e Finanças de Manaus –



ACÓRDÃO Nº580/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

SEMEF para que, no uso de suas atribuições e competências, tome as providências cabíveis a respeito da cobrança do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), de que trata a impropriedade 6.1.6, constante no Relatório Conclusivo Nº. 202/2019-DICOP, elaborado em razão das Contas da Superintendência Estadual de Habitação – SUHAB;

- 10.6. Dar ciência** do desfecho destes autos aos interessados, Srs. Diego Roberto Afonso e Fabiano José Affonso, e às atuais gestões da SEMEF e da SUHAB, para que adotem as providências que lhe são pertinentes.

Vencido o voto do Relator pela Irregularidade das Contas do Sr. Diego Roberto Afonso e Regularidade com Ressalvas das contas do Sr. Fabiano Jose Affonso, além de alcance, multas e representação junto aos órgãos SEMEF e MPE/AM.

11- Ata: 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 16 de Junho de 2021

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado e Redator

ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES
Procuradora-Geral, em substituição